

Capítulo J2

Andes Setentrionais

Página inicial	Lista das áreas
--------------------------------	---------------------------------

Ao passar do Equador para a Colômbia, os Andes estão reduzidos a uma só cordilheira, mas logo na altura da cidade de Pasto, se bifurcam, formando dois ramos, um a oeste e outro a leste. Quando aluno do ginásio (hoje 2ª etapa do 1º grau), nas aulas de Geografia, eu ouvia referência a esse ponto como Nó de Pasto. Mas, um pouco mais ao norte, o ramo do leste torna a se bifurcar, num ponto que Friede (1967: 28) chama de Nó Andino. Assim, na Colômbia os Andes se apresentam como três cordilheiras: a Ocidental, a Central e a Oriental. Nesse segundo nó nascem dois importantes rios que correm para o norte: o Magdalena, entre a cordilheira Oriental e a Central, e seu afluente, o Cauca, entre a Central e a Ocidental.

Vou tomar como incluídos nesta área os indígenas dos vales e encostas interiores dessas bifurcações. Por outro lado excluirei, um tanto arbitrariamente, os de outros vales que têm seu ponto mais alto nesses nós: o Caquetá (chamado de Japurá no Brasil), o Putumayo (Içá, no Brasil), afluentes amazônicos, e o Patía, que corre para o Pacífico. Os índios dos altos cursos dos dois primeiros, coloquei-os na área Cabeceiras do Caquetá e Putumayo; os do último, na área Darién-Guayaquil.

Talvez sejam os seguintes os dois aspectos mais importantes a serem abordados nesta área: a) a distribuição dos índios em resguardos dirigidos por cabildos cujos cargos são ocupados pelos próprios indígenas e que remontam ao período colonial; e b) a secular luta dos índios para manter a integridade desses resguardos, isto é, suas terras.

Cabildos e resguardos

Ximena Pachón (1987a: 219) enumera 39 resguardos em que se localizam os paez. A mesma autora (1987b: 244-246), referindo-se aos guambianos, indica que o cabildo se compõe de governador, secretário, alcaide e pelo menos um aguazil por vereda, cargos assumidos por um ano por homens casados (os paez, por sua vez, permitem o acesso também aos solteiros). Entre suas atribuições se contam a vigilância e cuidado do território, a moralidade e a ordem públicas, a faculdade de impor multas e sanções a homens e mulheres que não cumpram as obrigações domésticas, a organização e supervisão de atividades comunitárias de interesse coletivo. O cabildo tem ganhado força nos últimos anos.

Os cabildos indígenas nasceram com o aumento dos impostos sobre as encomiendas no final do século XVII, o que fez reverter a concessão de explorar o trabalho indígena de muitos encomenderos aos reis espanhóis. Os impostos devidos pelos índios a estes últimos passaram a ser recolhidos por alcaides e corregedores, que não só desencadearam uma repressão ainda maior como, por outro lado, apresentavam um rendimento menor ao rei. Por isso, a coroa passou a entregar essa tarefa aos próprios índios, criando os cabildos e, com a concessão dos resguardos, reconhecendo seus direitos às terras ancestrais (Arocha 1985: 206).

Mas já a partir do século XVIII os resguardos se viram ameaçados na sua integridade pela prática indígena do arrendamento a camponeses mestiços com o fim de obter rendimentos que permitissem pagar o tributo real, pela autorização governamental de vender a espanhóis e mestiços as terras que "sobrassem" nos resguardos, e, após a independência, pelo estímulo à propriedade individual, a partir de 1821, como forma, no modo de ver dos legisladores, de levantar a dignidade dos indígenas. Apesar de tudo isso, os resguardos se mantiveram em número elevado no Cauca devido à proteção do general Tomás Cipriano de Mosquera em retribuição à ajuda que lhe prestaram os índios paez, como seus soldados, para derrotar as forças do governo em 1860 (Arocha 1985: 210-211).

A Lei 89 de 1890 veio garantir o domínio comunal sobre a terra, por intermédio da autoridade dos cabildos de índios. Mas, por outro lado, medidas legais posteriores com ela conflitavam. Além disso, os programas governamentais e, de um modo geral, o sistema econômico colombiano discriminam as formas coletivas de posse da terra, de modo que os índios dos resguardos não têm como dar as garantias exigidas por empréstimos e assistência técnica que venham a solicitar. Sem contar que certas formas de invadir terras de resguardo e delas se apossar já se esboçam por parte dos não-índios (Arocha 1985: 211-212).

A luta pela terra

Em seu livro sobre os andaquis, Juan Friede (1967: 156-200) faz uma detalhada história da resistência dos índios do vale do Suaza, um afluente da margem direita do alto Magdalena, aos conquistadores espanhóis, até serem vencidos e distribuídos em encomiendas, uma instituição que aí perdurou até o definhamento quase total da população indígena no final do século XVIII, apesar das tentativas de preencher o claros com índios de outros lugares, inclusive da vizinha Amazônia. Friede apresenta demoradamente as respostas dadas pelos índios inquiridos da província de Tinamá, que incluía o vale do Suaza, durante a visita de inspeção, feita no final de 1628, pelo governador de Neiva, sob cuja jurisdição estavam, acompanhado de escrivão, um aguazil maior e protetor e defensor dos índios. Os depoimentos dos indígenas, que os encomenderos não podiam presenciar, o que não os impedia de ameaçá-los previamente, revelaram, não obstante, o grau de exploração a que eram submetidos. A lei apenas exigia que pagassem o tributo aos encomenderos. Porém estes últimos obrigavam os índios, suas esposas e filhos, mesmo crianças, a prestar-lhes serviços gratuitos, deixando-lhes apenas os domingos e as noites de lua cheia para trabalharem nas suas lavouras de subsistência. Até mesmo após a morte, suas ferramentas e roupas eram recolhidas pelo encomendero a pretexto de pagar as missas por suas almas. Eram compelidos ao trabalho por castigos corporais, e sujeitos a outros atos de violência, como os sofridos por índias nas mãos de mulheres enciumadas de encomenderos. Os encomenderos falhavam na assistência aos enfermos, e mesmo a instrução religiosa, que era o principal objetivo da encomienda, se oferecia de modo muito relaxado. O definhamento da população indígena teve sem dúvida como um dos principais motivos a intensa exploração de seu trabalho.

Apesar de os andaquis viverem em terras amazônicas, o foco de Friede sobre o vale do Suaza se explica pelos ataques que eles faziam à província de Tinamá, uma vez que a cordilheira Oriental não lhes opunha obstáculos intransponíveis. Os andaquis, que talvez constituíssem um conjunto de grupos étnicos distintos, mas culturalmente semelhantes, e muito pouco conhecido dos brancos, se manifestavam numa área delimitada pela cordilheira

Oriental, o alto Caquetá e seu afluente Orteguzaza. As missões franciscanas do final do século XVII ao início do XIX que tentaram se instalar entre eles fracassaram (Friede, 1967: 240-257).

Entretanto, em 1722 sete famílias andaquis, levadas do Caquetá ganharam terras de um particular para formarem um povoado no vale do Suaza. Porém, um marquês disputou essas terras com eles, num longo e confuso processo, em que contribuíram a má fé de certas autoridades, os preconceitos jurídicos, o desconhecimento dos índios sobre os procedimentos legais. O litígio durou até o século XX, perdendo-se numa indefinição e com o desânimo e desistência dos índios. Friede (1967: 213-239) faz a história detalhada do processo.

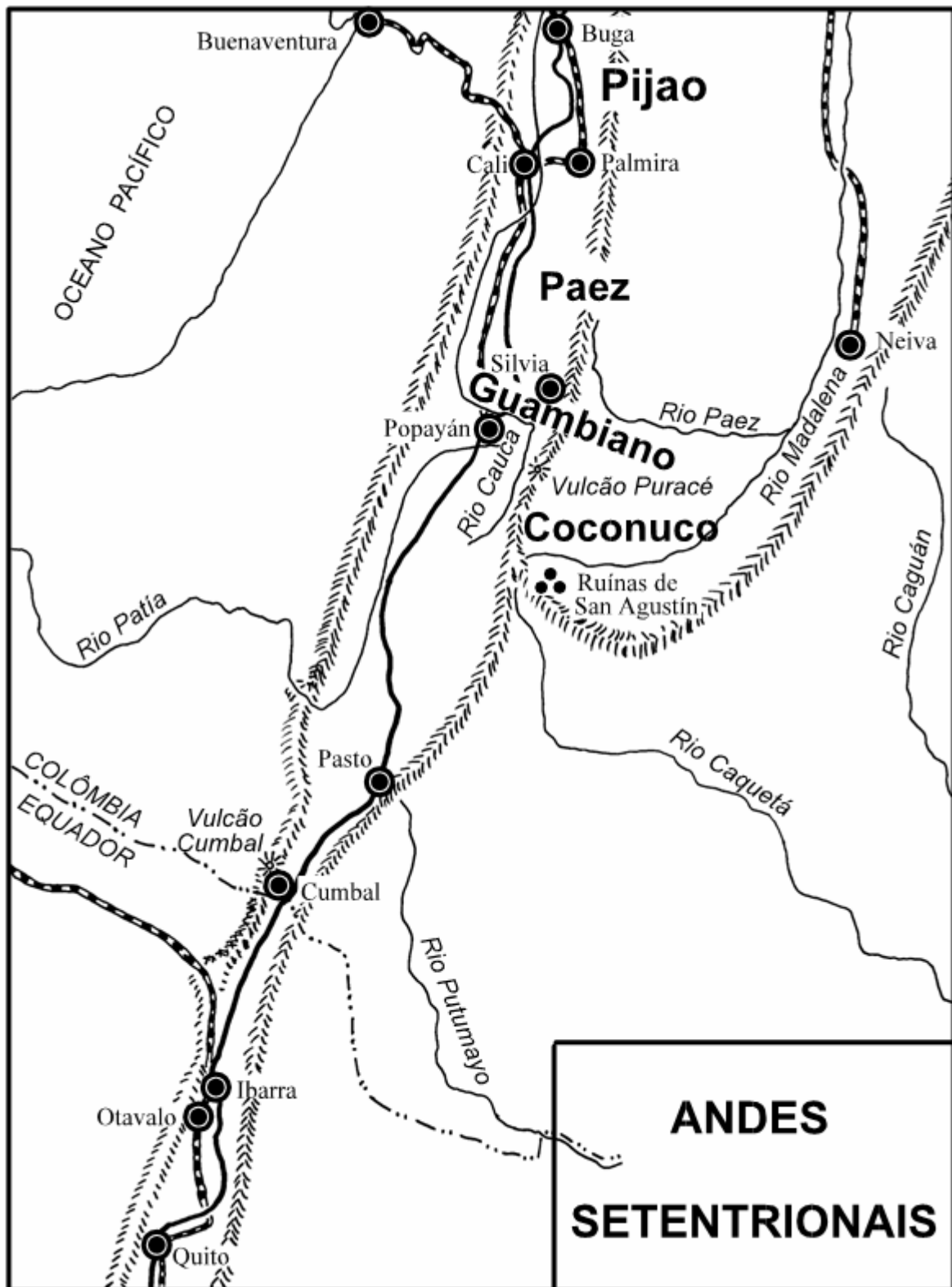
Um pouco mais ao norte, a longa luta pela terra deixou na memória líderes como o cacique paez Don Juan Tama, que com outros caciques viajou até Quito no início do século XVIII para conseguir junto às autoridades reais o reconhecimento de seus territórios e os respectivos títulos escritos, além de legitimarem seu poder político como "caciques principais" (Pachón 1987a: 231). Crenças de natureza messiânica e relacionadas ao xamanismo paez (houve um movimento messiânico em 1706 e outro em 1833), identificam Juan Tama com o filho do Trovão, a quem invocam com pedidos de ajuda nas tarefas do cabildo e que é tomado como modelo pelos xamãs (Pachón 1987a: 229-230).

Na segunda década do século XX se destaca um outro líder paez, Manuel Quintín Lame, que começa a pôr em dúvida a necessidade de os índios pagarem a corvéia (terraje), em retribuição ao uso de uma parcela de terra dentro de uma fazenda. Procurando advogados, estudando direito, os códigos e as leis antigas, chegou à conclusão que as terras colombianas pertenciam aos índios, que deveriam resgatá-las, lutando ou fazendo-se eleger como representantes das assembléias legislativas de todos os níveis. A partir de 1913, passou a divulgar suas idéias em velórios, mutirões e promovendo encontros. Em 1915, pensou em fazer a independência total dos cabildos por um levante geral que foi sustado e que resultou na sua prisão. Mesmo assim os índios assaltaram dois municípios (Belalcázar e Inzá) e invadiram fazendas. Preso em 1917, Lame continuou sua pregação após cumprir a pena e morreu em 1967 (Arocha 1985: 221-223).

As idéias de Manuel Quintín Lame levaram à criação do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), em 1971, com um programa baseado nos pontos seguintes: 1) recuperação das terras de resguardo; 2) ampliação dos resguardos; 3) fortalecimento dos cabildos indígenas; 4) eliminação da corvéia (terraje); 5) divulgação das leis indígenas e exigência de seu cumprimento; 6) defesa da história, línguas e costumes indígenas; 6) formação de professores para educar os indígenas de acordo com sua situação e sua língua (Arocha 1985: 223-224).

Nos dez primeiros anos de funcionamento, o CRIC conseguiu a recuperação de 30 mil hectares de antigos resguardos e a criação de cabildos em seis municípios, criou 50 lojas comunais e 25 empresas comunitárias. Apesar de suas táticas não violentas, que o tem feito ganhar prestígio internacional, seus membros têm sido vítimas de atentados contra suas vidas (Arocha 1985: 224).

A luta pela terra mantém hoje unidas, entre outras, duas etnias que no passado se hostilizavam: os paez e os guambianos. Isso porque os primeiros resistiram à ocupação espanhola, enquanto os segundos com ela colaboraram na conquista de Tierradentro (Pachón 1987a: 230).



Também afetam a vida dos paez a pequena produtividade do milho e a destinação, por estímulo estatal e empresarial, das melhores terras ao cultivo da pita (fique), a alta mortalidade infantil e o déficit de mulheres maiores de 40 anos (Pachón 1987a: 223 e 219-220). Por outro lado, uma atividade que lhes pode trazer bons rendimentos, a produção de cera a partir da planta silvestre *Myrica polycarpa*, fica em segundo plano por ter seu ciclo coincidente com o do milho (Pachón 1987a: 223-224).

Redefinindo o traçado da área

Todos esses esforços e dificuldades constituem o fundo de manifestações como as de 1980, que incluía a promoção de uma marcha até Bogotá, que congregava guambianos, paez, cumbais e inganos. Ora, essas duas últimas etnias indígenas estão mais ao sul, próximas da fronteira com o Equador. Além disso, os otavalos, do norte do Equador, estão sempre presentes nos dias de feira em Sílvia, núcleo urbano junto aos guambianos, bem como percorrem o resguardo destes últimos, oferecendo seus tecidos. Seria o caso de se pensar em estender essa área etnográfica até os otavalos.

Como nas mesmas feiras comparecem índios do vale do Sibundoy, um afluente do alto Putumayo (o Içá do Brasil), vendendo raízes e amuletos, vale pensar também se eles não ficariam adequadamente incluídos nesta área. Mas convém aguardar até discutirmos a área onde os colocamos preliminarmente. Aliás, parecem ser antigas as relações desta área com as terras mais baixas que lhe ficam a oriente. Disto são exemplos a presença de andaquis no vale do rio Suaza, afluente do alto Madalena, por força dos deslocamentos motivados pela colonização espanhola (Friede 1967) e a discussão referente à origem amazônica dos paez, tomando como argumento sua antiga aliança com os pijaos e os extintos ialcons como indício de sua origem caribe (Pachón 1987a: 230), a distinção dravidiana de parentes e afins, o cultivo da mandioca.

Bibliografia

- AROCHA, Jaime. 1985. "Cauca indio: guerreros y adalides de paz". Em *Herederos del jaguar y la anaconda* (Nina S. de Friedemann e Jaime Arocha, orgs.). 2ª edição. Bogotá: Carlos Valencia. Pp. 193-232.
- FRIEDE, Juan. 1967. *Los Andakí. 1538-1947. Historia de la aculturación de una tribu selvática*. México: Fondo de Cultura Económica.
- HERNÁNDEZ DE ALBA, Gregorio. 1963. "The highland tribes of southern Colombia". Em *Handbook of South American Indians* (Julian Steward, org.). Reimpressão. Nova Iorque: Cooper Square. Vol. 2: 915-960.
- LOPEZ DE LA ROCHE, Fabio E. 1990. "La jornada regional de cultura popular en Sílvia (Cauca): un diálogo atento y fructífero en torno a la cuestión de las identidades". *Revista de Antropología y Arqueología* 6 (1):185-203. Bogotá: Universidad de los Andes.
- LEHMANN, Henri. 1963. "The Monguex-Coconuco". Em *Handbook of South American Indians* (Julian Steward, org.). Reimpressão. Nova Iorque: Cooper Square. Vol. 2: 969-974.
- PACHÓN, Ximena. 1987a. "Páez". Em *Herederos del jaguar y la anaconda* (Nina S. de Friedemann e Jaime Arocha, orgs.). 2ª edição. Bogotá: Carlos Valencia. Pp. 217-233.
- PACHÓN, Ximena. 1987b. "Guambía". Em *Herederos del jaguar y la anaconda* (Nina S. de Friedemann e Jaime Arocha, orgs.). 2ª edição. Bogotá: Carlos Valencia. Pp. 235-249.

RAPPAPORT, Joanne. 1981. "Mesianismo y las transformaciones de símbolos mesiánicos en Tierradentro". *Revista Colombiana de Antropología* 13. Bogotá.

ANDES SETENTRIONAIS					
Nome tribal e sinônimos	CGNT	Classificação lingüística	População	Data	Fonte
paez nasa	Páez Nása		96.165 CB	1993	Bodnar
pijao	Pijáo	caribe	5.520 [a]	1977	MM: 304
guambiano	Guambiano		16.171	[b]	Mar: 198
coconuco	Kokonúko		5.866	1993	Bodnar
quillacinga	Kilyasínga		45.601 CB	1993	Bodnar
yanacona	Yanakóna		17.708 CB	1993	Bodnar
pasto	Pasto				
otavalo	Otavalo		16 CB EQ [c]	1993	Bodnar

Abreviaturas e notas do quadro

[a]→ Na fonte mais recente consultada (Bodnar), não há nenhuma referência aos pijaos, a não ser que estejam referidos com outro nome.

[b]→ As fontes de que Mar toma dos dados referentes à Colômbia variam de 1973 a 1993.

[c]→ Os dados do INEC não distinguem os otavalo dentro a população indígena do Equador.

Bodnar → BODNAR, Yolanda. "Pueblos Indígenas de Colombia: Apuntes sobre la diversidad cultural y la información sociodemográfica disponible". Em *Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de América Latina y el Caribe: Información sociodemográfica para políticas y programas*. Santiago: CEPAL, 2006, pp. 135-154, Quadro 2. Em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/23525/notas79-cap8.pdf>

CGNT→ "Convenção para da grafia dos nomes tribais", assinada pelos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Essa "Convenção" foi publicada na *Revista de Antropologia* (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152) e posteriormente nas primeiras páginas (não numeradas) do volume organizado por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976). Preferimos, entretanto, usar a ortografia oficial brasileira.

INEC→ Chisaguano, Silverio. "La población indígena del Ecuador". Instituto Nacional de Estadística y Censos. Quito, 2006, Quadro 6, p. 33. Em www.acnur.org/biblioteca/pdf/7015.pdf?view=1.

Mar→ MATOS MAR, José. 1993. "Población y Grupos Étnicos de América. 1994". *América Indígena* 53 (4): 155-234. México: Instituto Indigenista Interamericano.

MM→ MAYER, Enrique e MASFERRER, Elio. 1979. "La población indígena de América en 1978". *América Indígena* 39 (2): 217-337.

[Página inicial](#)

[Lista das áreas](#)